

RELATÓRIO DE STATUS DE EXECUÇÃO DE COMPROMISSO

RESUMO DO COMPROMISSO

DATA DO RELATÓRIO	COMPROMISSO	PREPARADO POR
19 de dezembro de 2018	Compromisso 6. Implementar instrumentos e ações de transparência e acesso à informação e construção de capacidades para ampliar e qualificar a participação e o controle social no processo de reparação	Adenisio Alvaro de Souza

ÓRGÃO RESPONSÁVEL E ENTIDADES PARTICIPANTES

Órgão coordenador	Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU	
Atores Envolvidos	Governo	Secretaria de Governo da Presidência da República – SEGOV/PR Casa Civil da Presidência da República Ministério da Integração Nacional – MI
	Sociedade Civil	Fundação Renova Clínica de Direitos Humanos/UFMG Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais/UFMG Conectas

VISÃO GERAL DO COMPROMISSO (MÁXIMO 2 PARÁGRAFOS)

A primeira reunião do Grupo de Trabalho após as oficinas de co-criação do Compromisso 6 da OGP ocorreu no dia 21 de novembro de 2018. Na ocasião, todos os marcos foram revisitados e as organizações responsáveis informaram sobre o andamento de cada um deles. Discutiu-se sobre a importância da participação das Organizações de assessoria técnica para as Comissões de Atingidos nas atividades definidas no Compromisso, no sentido de potencializar o envolvimento da população atingida. A maior parte dos marcos está dentro do prazo para o seu cumprimento, no entanto, não foi possível concluir o Marco 1 - *Levantamento realizado para identificar informações demandadas pelos atingidos e municípios para o Portal da Transparência*. Tal marco constitui pré-requisito para a efetivação de outros, desta feita, o trabalho deverá ser impulsionado para que, no próximo encontro do Grupo, todas as informações já estejam sistematizadas e disponíveis.

VISÃO GERAL DO MARCO / PRAZOS

MARCOS	% CONCLUSÃO	DATA PARA CONCLUSÃO	RESPONSÁVEL	OBSERVAÇÕES
1 – Levantamento realizado para identificar informações demandadas pelos atingidos e	40%	30/11/2018	Renova* SEGOV/CT – CPDCS (Câmara Técnica de	As equipes de campo da Renova estão

municípios para o Portal da Transparência		Comunicação, Participação, Diálogos e Controle Social)	trabalhando para colher informações que correspondem aos aspectos mais demandados para controle social, a saber: Programas, Compras, Financeiro, Mão de Obra, e Canais e Ouvidoria. Logo que o levantamento estiver com a maior parte das informações reunidas, a RENOVA apresentará ao Grupo para que as organizações possam contribuir.	
2 – Portal de Transparência da Renova com linguagem acessível criado, priorizando a disponibilização de dados em formato aberto	10%	31/07/2019	Renova*	Como o Marco 1 ainda não foi concluído, a Fundação ainda não tem como apresentar uma versão do Portal, mas, a priori, estará baseado no mesmo agrupamento de informações adotado para o Levantamento.
3 – Ações de divulgação do Portal de Transparência realizadas	0%	31/07/2020	Renova* CGU/MI CDH-UFGM	As ações deste marco serão implementadas após o lançamento do Portal
4 – Levantamento de viabilidade para criação do repositório de conhecimento técnico-científico	0%	31/07/2019	Casa Civil*	As atividades relativas ao marco ainda não foram iniciadas. Esta pauta será apresentada ao Comitê Interfederativo (CIF), para que ele também possa colaborar

					na execução do Marco.
5 – Promoção de capacitação para gestores e técnicos dos estados e municípios atingidos sobre transparência e acesso à informação	5%	31/12/2019	CGU* Renova/SEGOV		O marco está previsto no planejamento da CGU – 2019 e será executado no âmbito do Programa de Fortalecimento da Transparência, contando com as equipes de Brasília e Minas Gerais da CGU
6 – Promoção de capacitação para atingidos para monitoramento de políticas públicas e controle social em articulação com assessorias técnicas	5%	30/06/2020	CGU* SEGOV		As capacitações voltadas aos atingidos está prevista no planejamento da CGU – 2019 e será executado no âmbito do Programa de Fortalecimento da Transparência, contando, além das equipes de Brasília e Minas Gerais da CGU, com organizações parceiras que desenvolvem ações locais.
7 – Oficinas de capacitação em gestão de riscos de rompimento de barragens para prefeituras dos municípios atingidos	15%	31/12/2019	Ministério Integração Nacional* da		Um Acordo de Cooperação Técnica do Ministério da Integração com o Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB) está sendo viabilizado para dar andamento ao marco. Estima-se que as tratativas serão concluídas no início de 2019

* Órgão/entidade responsável por coordenar a execução do marco

RISCOS E PROBLEMAS / SOLUÇÕES A SEREM TOMADAS

PROBLEMA	CAUSA	SOLUÇÃO
Possibilidade de alteração nas representações institucionais participantes do compromisso	Mudança de gestão nas organizações e/ou na estrutura dos órgãos governamentais	Reestabelecimento de diálogos institucionais e formalização de novas representações.
Não conclusão do levantamento de informações previsto no marco 1	Alteração de lógica de captura/organização das informações pela Fundação Renova – atualmente por programa, e o que se espera é uma informação regionalizada/especificada localmente	Imprimir maior celeridade no processo de coleta de informações pelas equipes locais, e sistematização das informações – atendendo aos aspectos mais demandados) – para a conclusão do produto (levantamento).

CONCLUSÃO (RECOMENDAÇÕES/OBSERVAÇÕES/NECESSIDADE DE REPLANEJAMENTO) – MÁXIMO 2 PARÁGRAFOS

Ao longo do processo, o Grupo poderá identificar novos parceiros de forma a garantir que as ações de transparência e de controle social sejam desenvolvidas nos municípios atingidos¹. Entre os possíveis parceiros, devem ser incluídos o Ministério Público e a Defensoria Pública da União (DPU). Para além, o Grupo deve estabelecer um diálogo com os gestores estaduais, que assumirão em 2019. Atualmente, os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo contam com secretarias responsáveis pelo tema – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, respectivamente.

Para 2019, a Fundação RENOVA pensará, juntamente com as organizações de assessoria, formas de apoiar os processos de capacitação da população atingida, considerando, inclusive, a garantia de recursos para este fim, provenientes do “Gerenciador Administrativo” (recurso previsto no Termo de Ajuste de Conduta – Governança, que pode ser utilizado para a gestão/administração dos programas).

¹ Atualmente, registra-se o número de 35 municípios em Minas Gerais e 10 no Espírito Santo.